FUNDO DE APOIO AO ESPORTE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 03, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.

OS TITULARES DOS ÓRGÃOS CEDENTE E FAVORECIDO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 105, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal no art. 19, e Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e no Decreto nº 17.698, de 23 de setembro de 1996, e ainda de acordo com o disposto no item V. da Ata da 28ª Reunião Ordinária do CONFAE - Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte, realizada em 19/09/2016. RESOLVEM:

Art. 1º Descentralizar o Crédito Orçamentário na forma que especifica:

Unidade Orçamentária Cedente:

DE: UO: 34902 - Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal

UG: 340902 - Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal

Unidade Orçamentária Favorecida:

PARA: UO: 34101 - Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer - SETUL

UG: 340101 - Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer - SETUL

PROGRAMA DE TRABALHO: 27.812.6206.4090.5984 - Apoio a Eventos - Fundo de Apoio ao Esporte do Distrito Federal

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor
339039	325	1.100.000,00

Objeto: Descentralização de recursos orçamentários e financeiros destinados a custear despesas do Programa Compete Brasília - Unidades Administrativas 27.811.6206.2631.0002, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), e Apoio a Eventos Esportivos 27.812.6206.4090.0042, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º A descentralização dos créditos orçamentários de que trata esta Portaria será efetivada após a publicação no DODF e emissão da Nota de Crédito junto ao SIGGO - Sistema Integrado de Gestão Governamental.

Art. 3º Fica a unidade favorecida responsável por apresentar prestação de contas da execução dos recursos junto ao CONFAE-Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte, para apreciação das contas e posterior aprovação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEILA BARROS

Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte

Secretária de Estado do Esporte, Turismo e Lazer - SETUL

U.O. Cedente

LEILA BARROS

Secretária de Estado do Esporte, Turismo e Lazer - SETUL

U.O. Favorecida

CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

Vistos e examinados os presentes autos do processo administrativo instaurado para apurar irregularidades atribuídas à empresa CONBRAL S/A Construtora Brasília, CNPJ nº 00.068.841/0001-30, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.105, de 27 de dezembro de 2002, pelo Decreto Distrital nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, anexo ao Decreto nº 36.017, de 18 de novembro de 2014, pela Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Distrito Federal e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto o Relatório Final constante do Processo Administrativo nº 480.001.078/2011 e o Parecer nº 105/2016 - AJL/GAB/CGDF, de 16 de setembro de 2016, como fundamento deste ato, Declaro extinto o processo, haja vista a perda superveniente do objeto da presente demanda, nos termos do art. 52 da Lei 9.784/99. Intime-se a empresa CONBRAL S/A Construtora Brasília por meio de seu representante legal, para ciência desta Decisão.

HENRIQUE MORAES ZILLER

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 325, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 16 do Regimento Interno, à vista do disposto no art. 54, combinado com o art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e de acordo com o contido no processo nº 14.430/2016, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2016, na forma do anexo desta Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO RAINHA

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (*)
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	RS 1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	348.209.091,32	424.738,83
Pessoal Ativo	207.348.855,20	424.738,83
Pessoal Inativo e Pensionistas	140.860.236,12	-
Inativos	114.542.614,70	-
Pensionistas	26.317.621,42	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	156.347.605,98	-
Indenizações por Demissão e Exoneração	-	-
Abono Pecuniário de Férias (Dec. 18/2003-TCDF)	5.231.935,38	-
Abono de Permanência (Dec. 67/2007-TCDF)	908.066,98	-
Licença Prêmio em Pecúnia (Dec. 25/2003-TCDF)	6.705.578,93	-
Indenizações e Restituições Pessoais	449.889,03	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Pessoal Ativo	-	-
Pessoal Inativo	-	-
Pensionistas	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.191.899,54	-
Pessoal Ativo	2.191.899,54	-
Pessoal Inativo	-	-
Pensionistas	-	-
Inativos pagos pelo IPREV/DF	114.542.614,70	-
Pensionistas pagos pelo IPREV/DF	26.317.621,42	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	191.861.485,34	424.738,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		192.286.224,17

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.381.862.334,93	-
% da Despesa Total Com Pessoal - DTP Sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	192.286.224,17	0,99%
LIMITE MÁXIMO (art. 20, inciso II, alínea "a", da LRF)	251.964.210,35	1,30%
LIMITE PRUDENCIAL - 95% (parágrafo único do art. 22 da LRF)	239.365.999,84	1,24%
LIMITE DE ALERTA - 90% (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	226.767.789,32	1,17%

Fonte: Siggo

Notas Explicativas:

- Este Demonstrativo foi elaborado pelo SECON/SECOF/TCDF, considerando o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais/STN (9ª ed.) e as Decisões do TCDF indicadas entre parênteses, consoante o § 2º do art. 1º da Res. nº 131/2001-TCDF;
- Os valores: (i) da despesa com pessoal ativo são extraídos do Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO); (ii) da despesa com pessoal inativo e pensionista são calculados pelas informações repassadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do DF-IPREV; (iii) das despesas inscritas em Restos a Pagar não-processados são considerados liquidados no encerramento do exercício (art. 35, inc. II da Lei 4.320/64); (iv) da Receita Corrente Líquida, são calculados pela Secretaria da Fazenda do DF;
- Em atendimento à Decisão TCDF nº 1.905/2013, para fins de transparência na gestão fiscal, foram segregadas as despesas referentes a inativos e pensionistas;
- Conforme orientação da STN, os valores relativos à Licença Prêmio em Pecúnia foram somados às despesas com Pessoal Ativo;
- O valor bruto de Despesa de Exercícios Anteriores, considerando os dados extraídos do Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO), corresponde a R\$ 2.258.655,38. No entanto, o valor de R\$ 66.755,77, apurado extra contabilmente, pertence ao período de apuração - Set/15 a Ago/16 -, sendo abatido do valor total das Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao de Apuração.

Luciene Raye Vallim
Secretária de Contabilidade, Orçamento e FinançasAparecido Silva Braga
Diretor de Controle InternoPaulo Cavalcanti de Oliveira
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA Nº 326, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a Matriz de Competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 84, XXXIII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no art. 2º, VIII da Resolução nº 288/16, o constante da Decisão nº 31/15, do Processo nº 3244/15, e, ainda,

Considerando a necessidade de prosseguir na implantação das políticas de recursos humanos aprovadas pelo Tribunal na Decisão nº 12/08 - AD;

Considerando a necessidade de regulamentar as disposições da Resolução nº 225/11, que instituiu o Sistema de Gestão de Pessoas do Tribunal;

Considerando a necessidade de regulamentar as disposições da Resolução nº 288/16, que indica a Matriz de Competências como instrumento essencial para a elaboração do Plano de Capacitação; e

Considerando a necessidade de complementar a regulamentação da Resolução nº 242/12, mediante a criação de instrumento que permita verificar a correspondência entre os conteúdos dos cursos, as atribuições do cargo efetivo e o perfil ocupacional, RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a Matriz de Competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal e estabelece as regras de sua atualização e aplicação no âmbito do Sistema de Gestão de Pessoas, instituído pela Resolução nº 225/11.

Parágrafo único. A Matriz de Competências do Tribunal de Contas do Distrito Federal é composta pelas matrizes de competências das diversas áreas e espaços ocupacionais do Tribunal.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins desta Portaria, serão adotadas as seguintes definições:

I - Matriz de Competências: instrumento que lista as competências necessárias para que os servidores apresentem desempenho condizente com os padrões e requisitos especificados nos respectivos perfis ocupacionais;

II - competência: conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e realizações que credenciam o servidor para o desempenho profissional de uma ação específica ou em uma determinada área;

III - conhecimento: corresponde a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo dentro de um esquema preexistente que exercem influência sobre seu julgamento ou comportamento;

IV - habilidade: capacidade de fazer uso produtivo do conhecimento, ou seja, de instaurar conhecimentos e utilizá-los em uma ação;

V - atitude: predisposição, favorável ou desfavorável, do indivíduo em relação a objetos, pessoas e fatos relacionados ao trabalho, à organização e/ou ao ambiente social;

VI - espaço ocupacional: conjunto de atribuições demandadas pela organização e responsabilidades assumidas pelo servidor diante do trabalho, no desempenho de um papel organizacional;

VII - perfil ocupacional: documento que reúne os resultados, as atividades e os indicadores comportamentais de desempenho realizados por um ou mais profissionais da organização, dentro de determinado espaço ocupacional, bem como as competências requeridas.

DO CONTEÚDO DA MATRIZ

Art. 3º A Matriz de Competências do TCDF deve conter:

I - competências organizacionais: capacidades e características de nível organizacional, que norteiam a atuação dos indivíduos e das equipes de modo a atingir os resultados institucionais que constam no Planejamento Estratégico e demais documentos normativos/institucionais do Tribunal;

II - competências profissionais: repertório de comportamentos desejados para a ocupação dos cargos, funções, papéis ou espaços ocupacionais dentro da organização, classificadas como:

a) universais: indicam o que todos os servidores da organização devem ser capazes de fazer, ancoradas em e derivadas das competências organizacionais;

b) funcionais: referem-se a aspectos relacionais e ao controle emocional necessários para o desempenho do trabalho na organização, com base em seu sistema de valores;

c) gerenciais: atributos e comportamentos esperados dos profissionais que exercem função de supervisão, coordenação ou liderança;

d) técnicas: representam as entregas específicas esperadas dos servidores que laborem em atividades de caráter técnico, segundo o papel ocupacional desempenhado por cada um.

§ 1º As competências devem ser descritas sob a forma de referenciais de desempenho, utilizando técnica apropriada.

§ 2º As competências profissionais técnicas devem ter como documento referencial o perfil ocupacional, podendo ser propostas com fundamento em Resoluções, Decisões e indicadores e metas do Planejamento Estratégico.

DO RITO DE ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE COMPETÊNCIAS

Art. 4º Considerando a dinamicidade das competências, o conteúdo da Matriz será atualizado periodicamente, na forma do art. 5º, aprovado por autorização do Presidente do Tribunal em processo específico e divulgado no Portal do Servidor na Intranet institucional.

Art. 5º As competências organizacionais e profissionais serão identificadas por meio de mapeamento de competências, realizado periodicamente.

Parágrafo único. As competências organizacionais e profissionais devem ser revistas, pelo menos, quadrienalmente, ou, logo após cada revisão no Planejamento Estratégico da Instituição, ou sempre que demandado pela Presidência do Tribunal.

Art. 6º São competentes para propor atualização nas competências profissionais técnicas a unidade responsável pelo sistema de competências e o dirigente da área à qual esteja vinculado um determinado perfil ocupacional, em função de qualquer dos seguintes fatores:

I - alteração na estrutura organizacional e/ou no Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal;

II - superveniência de Normas e/ou Decisões Plenárias que venham a impactar a dinâmica de trabalho ou o planejamento operacional de uma área;

III - superveniência de projetos interinstitucionais de que o TCDF seja signatário;

IV - necessidade de alteração de competências verificada por chefia imediata em razão da realização da avaliação de desempenho de servidores de sua unidade.

Parágrafo único. Anualmente, a unidade responsável pelo sistema de competências consolidará os dados de necessidades de desenvolvimento de competências, a partir dos resultados do ciclo de Gestão do Desempenho Competente e dos Planos de Desenvolvimento Setoriais ou Individuais firmados pelos dirigentes setoriais.

DA INTEGRAÇÃO COM OS SUBSISTEMAS DE GESTÃO DE PESSOAS E EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Art. 7º No âmbito do Sistema de Gestão do Desempenho Competente do TCDF, a Matriz de Competências subsidiará a definição dos itens de avaliação do fator desempenho.

§ 1º Cada chefia imediata, no momento do planejamento do ciclo de gestão, deve eleger, para cada servidor, e em conjunto com este, entre cinco e dez itens de avaliação referentes a competências, que serão acompanhadas ao longo do ciclo e avaliadas ao seu final.

§ 2º Pelo menos sessenta por cento dos itens de avaliação de desempenho definidos para cada servidor devem ser competências profissionais técnicas, descritas a partir do respectivo perfil ocupacional.

§ 3º A definição dos itens relativos a competências será feita em sistema informatizado, com o conhecimento do servidor e sob análise da unidade responsável pela gestão do desempenho, que poderá propor alterações para a adequação ao estabelecido nos parágrafos anteriores.

Art. 8º A partir de cada formalização de desempenho e tendo como base as competências funcionais e técnicas necessárias para cada espaço ocupacional, cada avaliador poderá elaborar, junto aos integrantes da respectiva equipe, Plano de Desenvolvimento de Competências - PDC, que pode ter os seguintes focos:

I - individual: elaborado em função de resultado da avaliação de desempenho que indique necessidades de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades específicos para um ou mais servidores da unidade;

II - setorial ou de equipe: elaborado em função de necessidades gerais de desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, decorrentes de problemas de desempenho ou da constante atualização de todos os servidores que compõem a equipe.

§ 1º O Plano de Desenvolvimento de Competências terá vigência máxima de 1 (um) ano e servirá para subsidiar o planejamento de ações educacionais, a criação ou alteração de trilhas de aprendizagem, a programação de atividades de orientação profissional, entre outras, para viabilizar o desenvolvimento de competências profissionais e funcionais requeridas.

§ 2º Os PDCs, devidamente assinados por chefia e servidor(es), serão enviados à unidade responsável pelo Sistema de Gestão do Desempenho até o final do primeiro trimestre de cada exercício, podendo ser encaminhados após essa data, excepcionalmente, em razão da superveniência de alteração no planejamento setorial.

§ 3º A unidade responsável pelo Sistema de Gestão do Desempenho analisará as informações dos PDCs e deverá encaminhar relatório consolidado das demandas de competências, bem como as demandas excepcionais, à Escola de Contas Públicas, para providências quanto ao planejamento e à prospecção de ações e opções de aprendizagem.

Art. 9º Os resultados da dimensão gerencial da formalização de desempenho serão analisados até o final do primeiro trimestre de cada ano pela área responsável, relativamente a cada dirigente avaliado e também de forma agrupada, visando identificar necessidades específicas e/ou gerais de desenvolvimento de competências gerenciais.

§ 1º A unidade responsável pelo Sistema de Gestão do Desempenho informará as necessidades específicas de desenvolvimento gerencial aos respectivos dirigentes avaliados, de modo a auxiliá-los a suprir as lacunas de competências gerenciais identificadas.

§ 2º Se forem identificadas necessidades coletivas de desenvolvimento de competências gerenciais, a unidade responsável pelo Sistema de Gestão do Desempenho deverá informar o fato à unidade de Educação Corporativa, até 30 de junho de cada ano, para providências quanto ao Programa de Desenvolvimento Gerencial.

Art. 10. O Plano de Capacitação e as trilhas de aprendizagem devem ser elaborados com base nas competências organizacionais e profissionais, observando os regulamentos específicos e, também, o seguinte:

I - a elaboração do Plano de Capacitação será precedida de Levantamento de Necessidades de Capacitação - LNC, a ser conduzido em parceria entre a Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas e o Serviço de Gestão de Desempenho e de Desenvolvimento de Competências, devendo indicar:

a) as competências a serem desenvolvidas e os objetivos aos quais estão associadas;

b) os perfis ocupacionais e/ou cargos que precisam ser contemplados;

c) a quantidade estimada de servidores que necessitam da capacitação;

d) as prioridades para o atendimento.

II - visando subsidiar a elaboração do Plano de Capacitação, as unidades elencadas no inciso I deverão reunir-se para analisar os dados de ações educacionais internas realizadas e dados de necessidades de desenvolvimento de competências de que trata o art. 6º, parágrafo único, desta Portaria, relativos ao período de vigência do Plano anterior;

III - as unidades elencadas no inciso I deverão transformar as competências identificadas como prioritárias em objetivos instrucionais, que deverão orientar o planejamento das ações educacionais do Tribunal;

IV - a consolidação das informações sobre as necessidades de capacitação e a elaboração do Plano de Capacitação serão feitas pela Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas, em articulação com o Serviço de Gestão de Desempenho e de Desenvolvimento de Competências;

V - as trilhas de aprendizagem ofertadas pelo Tribunal deverão ter como referência as matrizes de competências das áreas e espaços ocupacionais e os eixos temáticos delas derivados, devendo ter como foco desenvolver e sustentar competências necessárias à consecução dos objetivos e estratégias do TCDF.

Art. 11. A análise da concessão de Adicional de Qualificação embasar-se-á na Matriz de Competências, conforme regulamentado em ato específico.

Parágrafo único. São consideradas competências aplicáveis ao servidor aquelas descritas no perfil ocupacional que ocupa, nas atribuições da unidade de lotação e exercício e nas atribuições do cargo, bem como as competências universais e as funcionais.

Art. 12. As competências necessárias ao TCDF e aquelas que os servidores detêm serão analisadas nos processos de seleção de pessoas e movimentação interna, bem como na alocação de servidores em espaços ocupacionais específicos de acordo com seu perfil de competências.

§ 1º A base cadastral de competências que cada servidor do Tribunal possui integrará o Banco de Talentos do TCDF.

§ 2º As competências a que se refere o parágrafo anterior serão cadastradas a partir de conhecimentos autodeclarados, formalizações de desempenho e certificações de conhecimento obtidas pelo servidor.

Art. 13. São considerados cursos válidos para promoção funcional do servidor do Quadro de Pessoal do TCDF, na forma do regulamento, aqueles oferecidos pela Escola de Contas Públicas do TCDF, desde que estejam vinculados às competências ligadas ao cargo por ele ocupado, na forma do regulamento próprio.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

RENATO RAINHA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA Nº 71/2016, DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2016(*)

Processos ordenados, sequencialmente, por tipo de sessão, Relator, assunto e interessado.

Sessão Ordinária Nº 4903.

CONSELHEIRA ANILCÉIA LUZIA MACHADO: 1) 1905/2003, Inspeção, 3ª ICE - Divisão de Auditoria; 2) 22862/2013, Tomada de Contas Especial, CBMDF; 3) 29241/2014-e, Representação, MPC/DF; 4) 19164/2016-e, Admissão de Pessoal, Sec. de Estado de Saúde - SES;

CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO: 1) 15110/2012, Representação, Secretaria de Saúde; 2) 19500/2013, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, RA-VI - Planaltina; 3) 22603/2014, Representação, MPC/DF; 4) 24363/2014, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, PCDF; 5) 35969/2014, Representação, MPC/DF;

CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA: 1) 3180/1993, Pensão Civil, ZILDETE ZACARIAS DE SOUZA; 2) 1684/2004, Inspeção, Secretaria de Saúde; 3) 11920/2005, Tomada de Contas Especial, Secretaria de Estado de Saúde; 4) 8949/2008, Tomada de Contas Especial, SEL; 5) 10851/2012, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, RA XXV - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento; 6) 29331/2012, Representação, Secretaria de Saúde; 7) 12530/2013, Tomada de Contas Especial, Secretaria de Estado de Cultura do DF; 8) 28682/2013, Tomada de Contas Especial, Polícia Militar do Distrito Federal; 9) 25130/2016-e, Aposentadoria, SIRAC; 10) 25270/2016-e, Pensão Civil, SIRAC; 11) 25342/2016-e, Aposentadoria, SIRAC;

CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS: 1) 11199/2007, Tomada de Contas Especial, SEL; 2) 41100/2009, Representação, TCDF; 3) 43103/2009, Auditoria de Regularidade, SEF; 4) 38174/2011, Tomada de Contas Especial, Secretaria de Educação do DF; 5) 19042/2012, Tomada de Contas Especial, Secretaria de Estado de Saúde do DF; 6) 19691/2013, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, RA-XXV; 7) 20848/2014, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, SEPIDF; 8) 21887/2014, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, CAESB; 9) 35896/2014, Fiscalização de Pessoal, Secretaria de Estado de Saúde; 10) 293/2015, Tomada de Contas Especial, BRB S/A;